

Roberta Metsola, Presidente do Parlamento Europeu
Conselho Europeu de 20 de outubro de 2022

Caros colegas,

Estamos de novo reunidos num momento em que os cidadãos europeus – de que somos os representantes – esperam que tomemos decisões e mostremos liderança.

Estão preocupados. Devido aos efeitos indiretos do ataque da Rússia no nosso modo de vida, que há muito dávamos por adquirido, os nossos concidadãos sentem-se hoje menos estáveis, menos seguros e menos confiantes no futuro.

Esperam de nós orientação, um plano de saída que devolva a paz de espírito aos muitos que a perderam. Temos de responder de forma convincente, unânime e proporcionada. Chegou o momento de dar passos de gigante em vez de pequenos passos. Esta é a única via possível, quer para fazer face à subida vertiginosa dos preços da eletricidade, à diminuição do aprovisionamento de gás e ao aumento da inflação – que ainda não atingiu o seu pico –, quer para responder à invasão ilegal, injustificada e brutal da Ucrânia soberana por parte da Rússia.

A pandemia mostrou que somos vulneráveis em matéria de saúde, a invasão russa mostrou que somos vulneráveis em matéria de segurança e defesa. As fragilidades da nossa política energética foram postas a nu e há quem delas se aproveite. A nossa população está a envelhecer e as cadeias de abastecimento mundiais estão sob pressão.

Devemos dar provas de verdadeira unidade – o mínimo denominador comum não deve ser o nosso parâmetro de referência. Temos de agir mais rapidamente e ir mais longe.

Vejamos o caso da energia: apesar de estarmos numa situação melhor do que há alguns meses, continuamos a ser vulneráveis a uma relativa escassez de gás associada a uma procura desprovida de elasticidade e ao fator externo da

utilização do gás como arma por parte da Rússia. A constatação de que, na Europa, nem o aprovisionamento nem as quantidades armazenadas eram suficientes e de que a exposição era elevada causou pânico nos mercados e a volatilidade dos preços.

Há lacunas que temos de colmatar. Para que possamos ser mais resilientes no futuro, são necessárias ações comuns, solidariedade no aprovisionamento de gás e a criação de um mercado único da energia que seja credível.

A Comissão apresentou uma série de propostas urgentes, como a tributação dos lucros excepcionais, a redução da procura de gás ou a fixação de um novo parâmetro de referência para o GNL. O Parlamento Europeu acolheu favoravelmente estas medidas, mas, ao mesmo tempo, receia que não sejam suficientes para as empresas europeias, que se deparam atualmente com custos de funcionamento impossíveis de suportar, ou para as famílias que já não conseguem pagar as suas faturas.

Temos de pensar a mais longo prazo. Precisamos de uma visão credível do nosso mercado da energia do futuro. É necessário um mecanismo de contratação conjunta para o gás. É a única forma de encontrar uma via de saída comum, sem competirmos uns com os outros num momento crucial. Devemos reavaliar a possibilidade de dissociar os preços da eletricidade dos preços do gás, como medida extraordinária e temporária.

Os tempos estão a mudar e exigem novas formas de agir. Temos de estar preparados. Não é fácil: todos temos de fazer face às pressões e realidades internas, mas a ação isolada não pode ser uma opção. O que está em jogo é demasiado importante. Temos de trabalhar em conjunto, num espírito de verdadeira solidariedade. E as notícias de hoje sobre o novo corredor de energia verde que ligará Portugal, Espanha e França são um bom exemplo de como podemos encontrar soluções comuns.

O Parlamento está preparado para desempenhar o seu papel com rapidez, tal como fez em relação ao armazenamento de gás no início deste ano e como fará

em relação ao REPowerEU. Compreendemos a dimensão do desafio. Estamos preparados. O Parlamento Europeu está preparado para envidar esforços e obter resultados no âmbito de uma revisão a longo prazo do nosso mercado da energia.

O Parlamento Europeu é um parceiro e um aliado. Partilhamos os mesmos objetivos. Estamos ao serviço dos mesmos cidadãos. Os deputados ao Parlamento Europeu divulgam a mensagem nos seus países de origem. Podem explicar aos cidadãos o que fazemos e por que razão o que fazemos é necessário. Tal é essencial para manter a nossa unidade e combater a narrativa e a desinformação russas, que têm por objetivo desestabilizar-nos e desunir-nos. Estamos cientes das preocupações das famílias e das empresas. Adotar soluções rápidas e urgentes não significa contornar os nossos processos legislativos ordinários. O Parlamento Europeu acrescenta legitimidade democrática europeia às propostas que aprovamos, razão pela qual deve ser plenamente associado às novas propostas apresentadas. Tal é importante para os cidadãos.

Podemos controlar as nossas faturas sem renunciar aos nossos objetivos climáticos a longo prazo, mas só o podemos fazer em conjunto.

O aumento dos preços da energia está, obviamente, a alimentar a inflação, reduzindo o rendimento disponível para as famílias e as empresas. Os próximos setores a ficar sob pressão serão o setor bancário e o financeiro, e o aumento das hipotecas terá repercussões no nosso mercado imobiliário. Uma inflação de dois dígitos e o rápido aumento das taxas de juro estão a provocar um tsunami, que aniquila o valor de imóveis, salários e orçamentos nacionais.

A nossa economia recuperou bem depois da pandemia, graças ao nosso quadro de governação económica e ao instrumento NextGenerationEU. Agora, temos de criar condições propícias ao investimento privado para voltar a colocar a economia da UE numa trajetória estável de crescimento.

As soluções têm um preço. Durante a pandemia, acumulámos uma dívida que terá de ser reembolsada com recursos próprios, que sabemos que não são suficientes. Para reembolsar mais dívida, criando défices mais elevados, é

necessário que as nossas economias cresçam. O crescimento é a única solução. Isto leva-me de novo ao tema da energia: temos de baixar os preços para facilitar o regresso a um crescimento económico sólido em todo o lado. Desta forma, poderemos amortecer o impacto social e económico das crises que enfrentamos e concentrar-nos nos mais vulneráveis.

A nossa economia precisa deste impulso. Não se trata apenas de uma questão de prosperidade, mas também de uma questão de segurança.

Tal significa também que será necessário rever o orçamento da UE. O novo QFP já enfrentou múltiplas dificuldades. Carece de recursos e de flexibilidade para responder a crises ou financiar novas prioridades. É necessário revê-lo para o adaptar aos tempos que correm. Soluções à margem do orçamento ou um simples reexame não darão à população as respostas que espera de nós.

Sei que há relutância em reabrir este assunto. Conheço as realidades políticas, mas o QFP deve estar preparado para o futuro e ter uma flexibilidade intrínseca. É necessário aumentar os limites máximos sempre que necessário para ter em conta as necessidades emergentes e as novas prioridades.

Estamos a tentar encontrar os fundos necessários para prestar ajuda humanitária à Ucrânia, fazer face à crise alimentar mundial e às catástrofes naturais e financiar as nossas ambições políticas em matéria de energia, defesa e autonomia estratégica. Sem contar com as centenas de milhares de milhões de euros necessárias para a reconstrução da Ucrânia.

E, em vez de despender nestas prioridades os recursos financeiros limitados de que dispomos no orçamento da UE, temos de os utilizar para reembolsar a dívida contraída para o NextGenerationEU, pois não chegámos a acordo sobre novos recursos próprios e o aumento das taxas de juro obriga-nos a despender muito mais do que o previsto, a saber, um montante adicional de 450 milhões de euros em 2023. É cada vez mais difícil explicar esta situação.

O reembolso da dívida não é discricionário, é obrigatório. Se as taxas de juro se mantiverem elevadas, o reembolso da dívida contraída para o

NextGenerationEU eliminará toda a capacidade de resposta do orçamento a situações de crise e começará a absorver os fundos destinados aos programas da UE.

E, para além de tudo isto, temos de intensificar a nossa ajuda à Ucrânia. As dificuldades com que nos confrontamos estão interligadas. São aspetos diferentes do mesmo problema, causado pela agressão russa e pelas teorias expansionistas da nossa história passada.

A vaga de ataques indiscriminados contra cidades e infraestruturas civis em toda a Ucrânia é chocante, mas devemos enfrentá-la com medidas firmes, nomeadamente:

- Aumento das sanções
- Aumento do apoio militar, em especial sistemas de defesa aérea, tanques e armamento pesado
- Intensificação dos esforços para combater os crimes de guerra cometidos na Ucrânia

Este é um aspeto importante se queremos que a paz prevaleça e é nossa obrigação velar por que tal aconteça. Contudo, tem de ser uma paz real, sustentável e duradoura. De entre os países por vós dirigidos, demasiados viveram uma ocupação. Muitos de vós viveram-na diretamente. Temos de aprender com a história dolorosa da Europa e compreender com quem lidamos. A paz é o nosso objetivo. E só se pode instaurar uma paz verdadeira com justiça, com um tribunal que se ocupe dos crimes de guerra, dos seus responsáveis e da restituição.

Temos de estar preparados para ir mais longe. Sei que as sanções têm os seus críticos, mas são necessárias, funcionam e devem ser endurecidas, visando também Alexander Lukashenko, na Bielorrússia.

O futuro da Europa depende da sua capacidade de se adaptar com rapidez, força e unidade. Porque temos de reconhecer que qualquer sinal de desunião será aproveitado e utilizado contra nós.

A invasão brutal, ilegal e injustificada da Ucrânia pela Rússia pôs em evidência a necessidade de nos adaptarmos e de colocarmos a defesa e a segurança no topo da nossa agenda para lutar contra os ataques híbridos. Quando a Rússia, inevitavelmente, intensificar as suas ações no inverno, temos de começar a pensar na Europa como uma comunidade com mais 43 milhões de pessoas que contam connosco. Temos de estar preparados.

E a realidade é que a nossa defesa depende da Ucrânia e da ajuda que lhe prestamos: sistemas de defesa aérea, tanques, apoio financeiro e apoio político.

Por último, gostaria de me referir à Moldávia, o Estado mais pobre da Europa, duramente atingido pelas consequências da guerra russa na Ucrânia, em termos económicos, humanitários, energéticos ou mesmo políticos. A Moldávia necessita da nossa atenção e da nossa assistência prática.

Sei que fizeram muitos sacrifícios do ponto de vista político, financeiro e militar. Sei que pedir para fazer mais e mais depressa não será fácil. Contudo, a facilidade nunca foi um critério para passar à ação. É necessário agir. É

indispensável e é a nossa obrigação. E estou convencida de que podemos fazê-lo em conjunto.